

Sexualidade e gênero na formação docente: uma breve análise nos cursos de Ciências Biológicas, Física e Química

Sexuality and gender in teaching training: a brief analysis in the Biological Science, Physics and Chemistry courses

Sexualidad y género en la formación docente: un breve análisis de los cursos de Ciencias Biológicas, Física y Química

Andressa Freitas Lopes (dressa1004@hotmail.com)
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil.

Michele de Souza Fanfa (fanfami@gmail.com)
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil.

Resumo:

As questões relacionadas à gênero e sexualidade acompanham sujeitos desde a infância até o fim de suas vidas, confrontando-os, principalmente, em ambientes educacionais. Neste viés, trabalhá-las na formação inicial de professores torna-se primordial. Para tal, este artigo objetiva analisar como os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Química e Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) estão optando por tratar dos temas sexualidade e gênero em seus currículos. Para atingir o objetivo, foi elaborada uma análise documental das disciplinas apresentadas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e discriminadas no Portal do Ementário. Como resultado, identificou-se, nos cursos de Ciências Biológicas e Química, duas disciplinas obrigatórias que cobrem os temas e, em Física, apenas uma disciplina optativa. Deste modo, infere-se que as temáticas em questão estão presentes nos três cursos, mas ainda com percalços e pouca carga horária, dispendo assim, da necessidade de olhares mais atentos para a ampliação do espaço no currículo das licenciaturas a respeito destas temáticas.

Palavras-chave: Educação Sexual; Formação Inicial de Professores; Projeto Pedagógico de Curso.

Abstract:

Issues related to gender and sexuality accompany subjects from childhood to the end of their lives, confronting them, mainly, in educational environments. In this bias, working on them in initial teacher education becomes paramount. To this end, this article aims to analyze how the Licentiate Degree courses in Biological Sciences, Chemistry and Physics at the Federal University of Santa Maria (UFSM) are choosing to address the themes of sexuality and gender in their curricula. To achieve the objective, a documental analysis of the subjects presented in the Pedagogical Course Projects (PPC) and broken down in the Portal do Ementario was elaborated. As a result, it was identified, in the Biological Sciences and Chemistry courses, two compulsory subjects that cover the themes and, in Physics, only one optional subject. Thus, it is inferred that the themes in question are present in the three

courses, but still with setbacks and little workload, thus having the need for a closer look at the expansion of space in the curriculum of undergraduate courses regarding these themes.

Keywords: Sex Education; Gender; Initial Teacher Training; Course Pedagogical Project.

Resumen:

Las cuestiones relacionadas con el género y la sexualidad acompañan a los sujetos desde la infancia hasta el final de sus vidas, enfrentándolos principalmente en los ambientes educativos. En este sesgo, trabajar con ellos en la formación inicial de los docentes se vuelve primordial. En ese sentido, este artículo tiene como objetivo analizar cómo las carreras de grado en Ciencias Biológicas, Químicas y Físicas de la Universidad Federal de Santa María (UFSM) están optando por abordar las cuestiones de sexualidad y género en sus planes de estudio. Para alcanzar el objetivo, fue elaborado un análisis documental de las disciplinas presentadas en los Proyectos Pedagógicos de Cursos (PPC) y detalladas en el Portal do Ementário. Como resultado, se identificó, en las carreras de Ciencias Biológicas y Química, dos disciplinas obligatorias que cubren los temas y, en Física, una sola disciplina electiva. Así, se infiere que los temas en cuestión están presentes en los tres cursos, pero aún con contratiempos y poca carga horaria, previendo así la necesidad de miradas más atentas para ampliar el espacio en el currículo de las licenciaturas respecto a esos temas.

Palabras-clave: Educación sexual; Género; Formación Inicial del Profesorado; Curso Proyecto Pedagógico.

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas à sexualidade sempre foram tabus e, mesmo em pleno século XXI, continuam sendo. O controle dos corpos e a forte relação da sexualidade com o sexo biológico causaram e ainda causam problemas. Atualmente, questões sobre a própria sexualidade são mais ouvidas, mas ainda assim, passando pelo controle médico e social (WEEKS, 2000).

Já na segunda metade do século XX, inicia-se importantes mudanças em relação ao entendimento sobre sexualidade e sobre o comportamento sexual (VITIELLO, 1995), no qual o termo sexo vem relacionado à relação sexual, enquanto sexualidade se refere muito mais a questões sociais do que individuais. Neste segundo termo, está inserida a orientação sexual do indivíduo, a afetividade, o prazer, a curiosidade, a atração, entre outros sentimentos, que evidenciam a temática. Para Balestrin e Soares (2015), nos movimentos feministas da década de 1980 o conceito de gênero ganhou mais força, afirmando que o gênero é uma construção social e cultural. Segundo as autoras, essa divisão fortemente marcada na época surge como uma ferramenta teórica e política para mostrar a existências de desigualdade e as diferenças entre homens e mulheres.

Na última década do século XX, destacam-se os documentos produzidos a partir do Plano de Ação do Cairo, que promove o bem-estar humano como centro da agenda global de desenvolvimento, resultando na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que introduziu um novo paradigma à temática do desenvolvimento populacional. Tal encontro trouxe questões demográficas para o âmbito das questões relativas aos direitos reprodutivos e ao desenvolvimento, além de temas como direitos humanos, liberdade de expressão, liberdade sexual, saúde e educação. Após a conferência, o sexo e a sexualidade passam a ser considerados um fator positivo, deixando de lado a ideia de algo violento, pecaminoso e restrito a reprodução nos casamentos heterossexuais (BUGLIONE, 2002).

Com isso, compreendeu-se que a sexualidade faz parte do sujeito desde a infância. Deste modo, a escola foi considerada um ambiente apropriado para trabalhar projetos que garantam (re)conhecer os direitos reprodutivos e sexuais de seus estudantes. Assim, enfatiza-se a responsabilidade dos estados em facilitar o acesso às informações relativas à saúde sexual e reprodutiva por meio de políticas públicas e ações que abarquem temáticas de planejamento familiar e métodos contraceptivos (MORAES; VITALLE, 2015). Mesmo com todos os esforços, as práticas de educação sexual começaram nas escolas com a ideia de controle epidemiológico, baseada nos pressupostos religiosos e fortalecendo o caráter higiênico das estratégias de saúde pública (FIGUEIRÓ, 2010).

No entanto, hoje percebemos questões que trazem urgências em abordar tais temáticas na escola, como gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, abusos sexuais, depressão e até mesmo suicídio entre adolescentes. Para muitos, é considerada uma temática cara para a sociedade, em que muitas famílias por preconceito, falta de conhecimento ou crenças têm dificuldades de abordá-las com crianças e adolescentes. Conseqüentemente, a escola torna-se o espaço de maior convívio entre esses sujeitos (crianças, adolescentes e adultos), ficando a cargo dos professores esclarecer essas temáticas. Segundo Leão, Ribeiro e Bedin (2010), para trabalhar questões de sexualidade na escola, é importante que os professores contribuam para uma formação global, crítica e criativa do educando, assim como criem pontes de diálogo e possíveis momentos para o questionamento de valores discriminatórios e de atitudes preconceituosas.

Com a intenção de orientar as escolas no tratamento dessas temáticas, trataremos a seguir os documentos que permeiam e orientam os docentes para trabalhar tais assuntos em

suas disciplinas escolares, bem como nos Projetos Políticos Pedagógicos. Ademais, trataremos também, como as licenciaturas se preparam e se posicionam frente a estas demandas.

Para tal, este artigo objetiva analisar como os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Química e Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Santa Maria, estão optando por tratar dos temas sexualidade e gênero em seus currículos. Logo, levaremos em conta os documentos normativos da Educação, bem como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

UM BREVE RESGATE DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS QUE RETRATAM AS TEMÁTICAS GÊNERO E SEXUALIDADE

Com a intenção de orientar as escolas na reformulação de propostas pedagógicas, foi aprovado, em 1997, pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), a inclusão de temáticas sobre sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), apresentadas por meio da transversalidade como conteúdo na escola, enfatizando a necessidade de se trabalhar o social, o psíquico e o biológico dos educandos. Dentre os cadernos nos quais os PCN se organizam, existe um de orientação sexual, que visa tratar a temática da sexualidade no ambiente escolar, demonstrando que o objetivo da orientação sexual é contribuir para que os educandos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade. Propõe-se que seja trabalhado perpassando todas as disciplinas, em acordo com uma visão ampla de sexualidade, englobando seu caráter cultural, social e histórico (BRASIL, 1998; PALMA et al., 2015). Além disso, objetiva-se fornecer uma visão pluralista da sexualidade, bem como sanar a ocorrência de gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis (atualmente conhecidas como infecções sexualmente transmissíveis) e de abusos sexuais (BRASIL, 1997).

De acordo com Figueiró (2006), mesmo com a proposta de transversalidade dos PCN, a temática sexualidade ainda possui muitos obstáculos que transpassam com o decorrer dos anos, talvez, por não ser considerada uma questão prioritária na educação escolar ou devido à insegurança com a temática e os desafios dos educadores com os próprios tabus e preconceitos (VITIELLO, 1997, p. 104). Desse modo, podemos considerar que mesmo que se tenham novos horizontes no cenário da Educação Sexual, é fundamental um comprometimento genuíno dos profissionais da educação para que a temática seja abordada de uma maneira qualitativa e igualitária (FIGUEIRÓ, 2006).

Após as primeiras aparições descritas nos PCN sobre os temas gênero e sexualidade, há, no Parecer CNE/CP N. 09/2001, que embasa a Resolução CNE/CP N. 01/2002, uma continuidade nessa questão. Este tem como um dos princípios orientadores para a reforma da formação de professores o item 2.3.3, que trata o conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação. Tal subtópico

[...] Diz respeito, portanto, à necessária contextualização dos conteúdos, assim como o tratamento dos Temas Transversais 6 – questões sociais atuais que permeiam a prática educativa, como ética, meio ambiente, **saúde, pluralidade cultural, sexualidade**, trabalho, consumo e outras - seguem o mesmo princípio: o compromisso da educação básica com a formação para a cidadania e buscam a mesma finalidade: possibilitar aos alunos a construção de significados e a necessária aprendizagem de participação social (BRASIL, 2001, p. 46 - **grifo nosso**).

Esse parecer, bem como sua Resolução manteve-se em vigor, sendo reescrito e aperfeiçoado na Resolução CNE/CP N. 02/2015, no qual em seu artigo 6º descreve que deve ter como complementação à formação de professores “as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (BRASIL, 2015, p. 5). Argumento frisado no perfil desejado do egresso, o qual deve estar apto a

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a **superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras**; (BRASIL, 2015, p. 8 - grifo nosso).

Também, a Resolução supracitada expõe a garantia de que os cursos de formação inicial do magistério da Educação Básica em nível superior, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura, deverão conter em seus currículos os conteúdos específicos da área, seus fundamentos, suas metodologias, bem como

[...] conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 11).

Ressalta-se na Resolução CNE/CP N. 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base

Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCC-Formação), a gigantesca participação da Base Nacional Comum Curricular, contabilizando 50% da carga horária destinada à formação de docentes. Nesta majoritária participação na formação de professores, a BNCC trata raríssimas vezes sobre a temática gênero e sexualidade. Ao fazer uma busca rápida no documento com as palavras “sex” e “gênero”, encontra-se sua citação nos anos finais, mais especificamente, na disciplina de Ciências do 8º ano,

[...] abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2017, p. 327).

Além disso, encontra-se também como uma competência específica para “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2017, p. 349). Salienta-se que a palavra sexo aparece três vezes no decorrer do documento, sendo duas vezes em Ciências e uma em História. Enfatiza-se também, a ausência de qualquer referência à temática no Ensino Médio. Ademais, apesar da palavra gênero não aparecer explicitamente com a ênfase desejada, diversas vezes o documento aborda sobre a diversidade de sujeitos.

Percebe-se a partir das informações supracitadas e em buscas rápidas pela internet que, em suma, os profissionais responsáveis por lecionar as temáticas sexualidade e gênero em ambientes educacionais normalmente estão relacionados à profissionais da saúde ou professores da disciplina de Ciências no Ensino Fundamental e Biologia no Ensino Médio. Um estudo elaborado por Furlanetto et al. (2018), demonstra que as principais áreas responsáveis pela educação sexual nas escolas são Enfermagem com 37,5% e Professores (Ciências ou Biologia) com 16,6%, seguidos de Psicologia e Medicina.

Ainda, sabe-se que antes desta legislação, majoritariamente, os ministrantes de Ciências do 5º ao 8º ano eram Licenciados em Ciências Biológicas, enquanto, majoritariamente, o 9º ano era dividido entre docentes de Química e/ou Física. Ao considerar a estruturação da BNCC, nota-se que,

No Ensino Fundamental, os conhecimentos abordados no componente curricular Ciências estão relacionados a diversos campos científicos - Ciências da Terra, Biologia, Física e Química. Conceitos, princípios e teorias sistematizadas de cada um desses campos são apresentados articuladamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando possibilitar às crianças a construção de suas primeiras

explicações sobre o mundo físico e social, norteadas por conhecimentos das Ciências da Natureza (BRASIL, 2016, p. 142).

Ou seja, agora, a disciplina de Ciências engloba, do 5º ao 9º ano, conteúdos e conhecimentos provenientes das matérias de Química, Física, Biologia e Geociência. Dessa maneira, com a implementação da BNCC, enfatiza-se que os futuros professores das escolas podem apresentar dificuldades e carências em trabalhar a disciplina com caráter interdisciplinar, devido a sua formação básica em apenas uma das áreas. Tendo em vista este obstáculo e a homogeneidade dos conteúdos das áreas da Natureza em Ciências do Ensino Fundamental, pode-se a partir de agora, existir lacunas sobre qual Licenciatura seria a ideal para ministrar essas aulas, podendo neste caso, ser ampla como Ciências da Natureza ou específicas como a Biologia, Química ou Física.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para verificação das reformulações a respeito das temáticas sexualidade e gênero implementadas nos cursos presenciais de Licenciatura em Ciências Biológicas, Química e Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Santa Maria, foi elaborada uma análise documental das disciplinas apresentadas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e discriminadas no Portal do Ementário. De acordo com Gil (2010, p. 30), esta pesquisa “[...]vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc.

Ainda, Marconi e Lakatos (1990) caracterizam esta pesquisa como documental do tipo exploratória. Em consonância com estes autores, Santos (1991) descreve que neste tipo de investigação, primeiramente se tem o contato inicial com o tema a ser analisado e com fontes secundárias disponíveis; desta maneira, auxilia o pesquisador a compreender melhor os futuros resultados e os dados da realidade social em que estão inseridos. Este tipo de pesquisa apresenta como características principais as informações definidas ao acaso ou de acordo com a necessidade, sendo considerada um processo de pesquisa flexível e não-estruturada (MALHOTRA, 2001).

Diante disso, este estudo teve como objeto de pesquisa as disciplinas obrigatórias e optativas, de três cursos de licenciatura da UFSM, com foco na análise dos seguintes aspectos relacionados à temática sexualidade e gênero: “Quais disciplinas abordam as temáticas?” “Em

que semestre estão inseridas?”; “Quais especificidades compõem a disciplina sobre a temática em questão?”. Os dados foram extraídos dos documentos oficiais da universidade em questão, onde foram lidos na íntegra para posterior análise.

Através da criação de uma tabela comparativa entre os PPC corrente que estão de acordo com a Resolução CNE/CP N. 02/2002, no caso da Física, e a Resolução CNE/CP N. 02/2015 no caso da Química e Ciências Biológicas, foi possível discorrer e discutir sobre os questionamentos acerca da temática nestes cursos.

Recorreu-se também, ao Portal do Ementário para uma pesquisa minuciosa dos conteúdos pertencentes a cada disciplina obrigatória e/ou optativa dos cursos. O Quadro 1 foi elaborado para visualização dos dados retirados destas plataformas, o que possibilitou agrupar as características em comum e diferentes entre os cursos, bem como relacioná-los com as DCN e o referencial bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola e a formação de professores têm um papel importante quando se refere em ampliar não apenas o ensino e aprendizagem, mas a construção de diálogos possíveis entre educando e educador. Nesse sentido, faz-se primordial trabalhar assuntos pertinentes ao cotidiano do estudante, assim como elencados e/ou orientados pelos PCN, pelas DCN e pela BNCC. Dentre estes, as temáticas gênero e sexualidade encontram-se, fortemente, presentes na vida dos estudantes, principalmente no que tange a adolescência, pois é um dos temas centrais na perturbação do equilíbrio da dinâmica escolar cotidiana (FIGUEIRÓ, 2004). Desta forma, trabalhá-los nos currículos escolares, deve ser algo essencial.

Sobre esta perspectiva, a UNESCO (2013, p. 20-22) já coloca como exemplo, que a “homofobia e bullying homofóbico minam as oportunidades educacionais e de aprendizagem, reduzem a frequência escolar, podem provocar abandono escolar precoce, queda do desempenho e rendimento acadêmico e diminuição das aspirações educacionais”. Além disso, podem ter relação direta com a depressão, ansiedade, retração, isolamento social, distúrbios do sono, aumento da probabilidade de pensar em cometer suicídio.

Diante disso, professores e gestores escolares precisam estar preparados para lidar com estas situações, bem como, trabalhar o tema, para que problemas e futuros preconceitos não aconteçam. Para tal, Dinis (2011, p. 48) aponta que incluir na formação docente a discussão a

respeito da diversidade sexual pode tornar-se uma válvula de escape para os currículos em que orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas.

O pressuposto da heterossexualidade encontra-se explicitamente exposto nas aulas de Ciências que abordam a sexualidade pelo viés reprodutivo, pelos livros de literatura que abordam apenas o viés romântico heterossexual, e também pelo modelo da família nuclear que é constantemente reproduzido nos livros didáticos. Esse cenário de exclusão apela para que o tema da diversidade sexual e de gênero seja incluído no currículo de formação de novas professoras e professores para que possam futuramente desenvolver estratégias de resistência ao currículo heteronormativo (DINIS, 2011, p. 48).

Sendo assim, o quadro a seguir, confeccionado a partir dos dados coletados nos documentos dos cursos de Ciências Biológicas, Física e Química da UFSM, sistematiza as informações obtidas a partir destas temáticas nos cursos. Tem-se então, a descrição acerca de cada curso sobre a disciplina, o ponto-chave em que a temática é tratada e o semestre em que estas aparecem.

Quadro 1 - Relação dos Cursos e a manifestação das temáticas gênero e sexualidade em seu currículo

Curso	Disciplina	Ponto-chave	Semestre
Ciências Biológicas	Didática das Ciências Biológicas I B	Especificidades das relações de diversidade étnico/raciais, gênero, sexual e necessidades especiais.	4º
Física	Tópicos Transversais Para a Formação Docente II	Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual	8º
Química	Temas Contemporâneos em Ciências I	Estudos de gênero	Disciplina Complementar de Graduação

Fonte: autores, fevereiro de 2021.

Inicialmente, ao analisar e comparar os cursos de Química e Biologia, que estão em consonância com a mesma Resolução, o que se vê é, dois cursos com o mesmo número de disciplinas, abordando basicamente os mesmos tópicos, distribuídos parcialmente da mesma maneira. Já o curso de Física, é o único que não consta nenhuma disciplina obrigatória, sendo o mais prejudicado em relação ao tratamento destas temáticas. Ainda, no caso deste último, compreende-se um enorme descaso quanto à abordagem destas temáticas, visto sua total falta de disciplinas obrigatórias e reduzidas opções de disciplinas complementares.

Desta forma, observa-se que dentre os três cursos, a Física não retrata nenhuma disciplina obrigatória que aborde as questões de gênero e sexualidade. Neste sentido, encontra-se apenas uma Disciplina Complementar de Graduação (DCG), intitulada “Temas Contemporâneos em Ciências I”, que aborda em sua ementa, uma unidade sobre Estudos de

Gênero. Esta disciplina aborda também estudos a respeito de: etnia, meio ambiente, atitudes empreendedoras, história da ciência, estrutura organizacional da UFSM e temas específicos das áreas de Física. Assim, ao passo que esta disciplina é ofertada como caráter opcional, não se garante que acadêmicos a farão, muito menos que aqueles que lidarão com esta temática tenham, necessariamente, a formação desejada (SANTOS; RECENA; MACHADO, 2018), especialmente, quando esta é formalmente o único espaço que se encontra no currículo de formação de docentes em Física.

Ainda sobre o curso de Física, enfatiza-se que seu PPC está de acordo com a Resolução CNE/CP N. 02/2002, ou seja, não se readequou a Resolução CNE/CP N. 02/2015. Neste caso, devido a sua desatualização com a atual política educacional, possivelmente, quando este curso optar pela reestruturação, não seguirão mais as orientações da Resolução CNE/CP N. 02/2015, mas sim a Resolução CNE/CP N. 02/2019 que está em andamento e tem como prazo 2 anos para implementação.

A respeito do curso de Ciências Biológicas, nota-se a presença de duas disciplinas que abordam questões relacionadas às temáticas gênero e sexualidade: “Didática das Ciências Biológicas I B”, no qual são tratadas algumas especificidades das relações de diversidade étnico/raciais, gênero, sexual e necessidades especiais e “Tópicos Transversais para a Formação Docente II”, que aborda as diversidades étnico-racial, de gênero e sexual. Também é importante observar a distribuição das duas disciplinas, uma está na metade do curso e outra no final.

Percebe-se que existe uma maior atuação ou quase uma obrigatoriedade que seja unicamente os professores de Ciências e Biologia a trabalhar as questões de gênero e sexualidade. Desta forma, constata-se que um mínimo de disciplinas é abordado com seus licenciandos, demonstrando que tal abordagem é incipiente, mesmo sendo considerada multidisciplinar e amplamente proposta nos PCN (BRASIL, 1997).

Esta realidade é transposta para ambientes escolares, onde devido ao despreparo e insegurança dos professores em trabalhar essas questões ou, também, por simplesmente as temáticas sobre sexo e sexualidades serem consideradas exclusivas das disciplinas de Ciências e Biologia, acabam sendo pouco trabalhadas ou até mesmo não mencionadas em momento nenhum do trajeto escolar. Inclusive, Ferreira (2013) apresenta uma pesquisa com os dilemas, crenças e valores que os professores enfrentam na escola quando a temática é sexualidade e

gênero. Entre os resultados, têm-se relatos de diversos professores, dar-se-á neste momento, ênfase a

Quando perguntados se discutem ou já discutiram temas associados à sexualidade ou a homossexualidade nas suas aulas, os (as) professores (as) deram o seguinte depoimento: “Não, pois não faz parte dos conteúdos da minha disciplina. (Juremar – professor de física)” (FERREIRA, 2013, p. 52).

Neste sentido, sabe-se que um dos motivos da temática gênero e sexualidade ser relacionada como responsabilidade de professores de Ciências e Biologia é devido a perpetuação por muitos anos desta temática estar relacionada a conceitos biológicos, da saúde e da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Para Morando (2016), os professores de biologia têm em suas mãos o poder de abordar assuntos sobre o corpo, sexo e sobre a sexualidade, que são assuntos historicamente ligados ao conhecimento científico.

Dito isso, é visível que as temáticas sobre sexualidade acabam por ser abordadas pelos professores apenas como base nos livros didáticos (BASTOS; LUDKE, 2017), o que só reforça características disciplinares e conservadoras. Ademais, ressalta-se que quando aparece, é enfatizado apenas o modelo biomédico e anatômico, deixando de lado as questões sociais, emocionais e culturais, que fazem parte do dia a dia dos estudantes.

Quanto ao curso de Química, assim como o supracitado, possui em sua matriz curricular, duas disciplinas, uma correspondente ao Estágio Supervisionado em Ciências II e a outra, a mesma disciplina da Biologia intitulada Tópicos Transversais para a Formação Docente II. Aqui, diferentemente da Biologia, as duas disciplinas são tratadas no mesmo período do curso, sendo esse, o sexto semestre.

Em pesquisas elaboradas em Caruaru - PE por Silva, Miranda e Sá (2021), as temáticas gênero e sexualidade aparecem apenas 7% do total dos componentes curriculares do curso de Química por eles analisados. Desta forma, pode-se ratificar o observado neste estudo, pois duas disciplinas em um total de 52 corresponde a aproximadamente 4%. Sobre isso, deve-se considerar que apenas uma parte da disciplina é para estes tópicos, o que deve acarretar consequentemente, em uma porcentagem ainda menor de discussões e aprendizado sobre as temáticas. Deste modo, enfatiza-se novamente que a formação se limita ao superficial a respeito da temática, deixando os licenciandos inseguros e permanecendo, ainda hoje, apenas com concepções construídas socialmente.

Todavia, ao compararmos o estudo realizado por Gabriella Machado e Valeska Oliveira (2017), com este mesmo curso de química, pertencente à mesma instituição, porém com PPC

dos anos 2000, podemos notar um avanço importante em relação às disciplinas que retratam as temáticas gênero e sexualidade, visto que agora há duas que as retratam, enquanto 20 anos atrás não se encontrava nenhuma. Isso demonstra, historicamente, a progressão a passos lentos e tímidos, mas ainda assim, importantes. Além, é claro, do encontro às orientações das Resoluções anteriores, CNE/CP N. 02/2002 e N. 02/2015.

Se falar diretamente sobre a temática é complicado e complexo para professores de química e física, talvez, trabalhá-los de forma transdisciplinar e/ou interdisciplinar com outras áreas seja um modo de possibilitar e promover este trabalho. Através destes níveis de integração, pode-se mostrar como o conhecimento não é fragmentado, e sim uma linha contínua e infinita (FERREIRA; SILVA; STAPELFELDT, 2016) que possibilita aproximar os discentes da química (GUIMARÃES, 2009) e da física com outras disciplinas e com seu cotidiano, favorecendo o despertar pelos conhecimentos.

Dito isso, infere-se que os três cursos analisados apresentam de forma muito próxima ao que se é encontrado em inúmeras pesquisas que trazem a temática gênero e sexualidade abordada em sala de aula (MOIZES, BUENO, 2009; PESSOAL, PEREIRA, TOLEDO, 2017; FERREIRA, 2013; BASTOS, LÜDKE, 2017; LEAL et al. 2017). Isto é, além de mencionarem raramente docentes de Química e Física como um dos responsáveis em abordar tal tema, apresentam também, inferências a respeito das limitações no que diz respeito à formação de educadores nessas temáticas, bem como para contemplar o debate dos temas dentro do âmbito escolar. Além de que, muitas vezes, conhecer mais sobre essas temáticas, ou sobre como abordá-las em sala de aula, depende do esforço isolado de cada professor comprometido com essa questão.

Independentemente de qual licenciatura for, todos devem estar preparados para lidar com estas questões, visto que sexualidade não é algo somente biológico, mas sim, social, político e humano (FRANCO; MARINHO; SILVA, 2020). Assim sendo,

[...] é fundamental, portanto, investirmos na formação do profissional que realizará o trabalho de orientação sexual em sala de aula, proporcionando ao professor acesso a todo o conhecimento científico que é produzido em torno da sexualidade, levando-o a conhecer o desenvolvimento da criança e do adolescente, e a se atualizar na sua área de atuação [...] (REIS; RIBEIRO, 2002, p. 94).

Logo, reafirma-se que professores de qualquer disciplina escolar podem realizar trabalhos sobre educação sexual, abordando tal assunto em qualquer momento de sua aula, uma vez que é um tema que atravessa fronteiras disciplinares. Logo, uma restauração em

busca da melhoria nos cursos de formação inicial, cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento podem ser considerados um avanço, os quais objetivam preparar os docentes para discutir diretamente com estudantes, ao invés de contratar terceiros para ministrar palestras e oficinas pontuais (PEREIRA; MONTEIRO, 2015).

Para tal, a formação inicial de professores é fundamental na construção de conhecimento e quebra de conceitos errôneos que possam emergir dos licenciandos durante as disciplinas que buscam esclarecer tais temáticas caras para a sociedade (HAMES; KEMP, 2019). Silva, Miranda e Sá (2021) afirmam que para os currículos das licenciaturas iniciarem uma abordagem mais eficaz sobre gênero e sexualidade, como é proposta nos documentos normativos, é preciso uma mudança na formação de professores, no qual, tais temáticas não sejam negligenciadas e deixadas em segundo plano. Isto deve extrapolar os cursos de Biologia, abrangendo também, todos os demais cursos correspondentes a disciplinas escolares.

Neste caso, ao que se refere ao Ensino Superior, podemos apontar a autonomia universitária como um fator que pode oportunizar a inclusão destas temáticas na formação, mas que pode também talhar os currículos para estes assuntos. Fato esse, reafirmado por Altmann (2013, p. 79).

Se, por um lado, ela garante que professores sensíveis a essa temática abordem tais questões em suas disciplinas, ou mesmo ofereçam disciplinas específicas sobre ela nos cursos, por outro, também possibilita que um número não desprezível de professores e outros profissionais conclua a formação superior sem que esses temas tenham sido contemplados. A estrutura mais fixa e tradicional dos cursos de formação superior também dificulta mudanças nos currículos, inclusive no que se refere à inclusão de conteúdos que são providos de certa maleabilidade. Assim, as frequentes mudanças de foco em relação a que aspecto da sexualidade é mais ou menos importante em cada momento histórico, conforme aqui analisado, parece impor desafios à formação profissional nos cursos universitários, os quais precisariam encontrar maneiras de lidar com essa não fixidez do conhecimento e das suas dimensões políticas e sociais.

Por fim, continuam os questionando, pois como Louro (2011, p. 65) coloca: “Será que se pode dizer que hoje, a discriminação, o silêncio e o segredo – especialmente em relação à diversidade sexual – estejam em processos de extinção ou, pelo menos, estejam recuando?”. Aparentemente, no que se refere à formação inicial dos cursos aqui analisados, o silêncio ainda é gigantesco e cada vez mais aparente, principalmente, ao que tange a futura reestruturação de acordo com a Resolução em vigor CNE/CP N. 02/2019. Contudo, por conseguirmos vislumbrar estes resultados, prospecta-se com esperança, avanços para/com estas fragilidades da formação inicial no contexto em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises realizadas, retratando esses cursos e estes momentos de reconstruções políticas e de documentos normativos, constata-se que os temas gênero e sexualidade estão presentes de forma incipiente no contexto da formação inicial dos cursos de Ciências Biológicas, Química e Física da Universidade Federal de Santa Maria. Além disso, pode-se afirmar que os licenciandos de Biologia, diferentemente do que diversos trabalhos trazem, possuem tanto quanto qualquer outro curso, as oportunidades para desenvolverem mais sobre estas questões.

Um dos passos importantes neste momento é reconhecer que o contexto escolar não é neutro, que ele participa, e muito, no processo de descoberta e compreensão em torno do gênero e sexualidade. Neste sentido, sabe-se da importância da formação dos docentes em relação à transposição das temáticas para o contexto escolar, no qual o educador deve estar preparado para lidar com essas questões, evitando opiniões pessoais e reconhecendo a importância de se falar sobre o assunto dentro destes ambientes. Para tal, há a necessidade intrínseca e extrínseca dos profissionais da educação conhecerem novas posturas, novos métodos, melhores práticas e capacitações, que ofereçam maiores e mais detalhadas informações a respeito do tema, além de como lidar com eles de forma adequada em cada etapa do desenvolvimento.

A respeito da relevância das políticas públicas educacionais brasileiras, enfatiza-se o retrocesso que a nova Resolução CNE/CP N. 02/2019 trará consigo, onde assuntos como sexualidade e gênero foram totalmente apagados de seu repertório, deixando a cargo somente de uma pequena parte retratada na BNCC. Por este motivo, temáticas tão importantes como essas e outras poderão desaparecer totalmente das formações iniciais, causando uma enorme desarticulação com os ambientes escolares, visto sua primordialidade em todas as etapas do desenvolvimento humano.

Relembra-se que os futuros professores atuantes na disciplina de Ciências nas escolas, de acordo com a estruturação da BNCC, poderão ser docentes formados em Ciências da Natureza, Ciências Naturais, Biologia, Física e Química. Desta maneira, destaca-se fortemente a necessidade de maior espaço no currículo de formação do professor para

discussão dos temas sexualidade e gênero, não só nos cursos aqui analisados, mas em todos os cursos de formação para docentes.

Portanto, a universidade tem uma enorme responsabilidade nestas discussões, pois ainda há uma grande demanda no espaço da escola acerca dessas temáticas. Gostaríamos de deixar claro, a nossa compreensão quanto às tensões associadas a elas, visto a existência de diferentes posicionamentos familiares, religiosos e políticos, que podem ocasionar medo e insegurança, levando ao silenciamento dos temas, tanto no que tange a esfera escolar, quanto ao Ensino Superior.

Por fim, concluímos que é primordial um melhor preparo dos futuros professores durante a graduação, para que possam trabalhar efetivamente, sem preconceito e tabus, tais temáticas. Porém, com este trabalho, outros questionamentos surgiram: "De que maneira estes professores universitários estão abordando essa temática nas disciplinas ofertadas na formação de professores? Será que as disciplinas aqui retratadas, com apenas alguns tópicos destinados ao assunto em questão, são suficientes para formar o professor em relação a esta temática? Para tal, futuros trabalhos serão necessários e primordiais para compreendermos os pilares fracos e fortes destas temáticas na formação inicial. Mas como diz Fernando Sabino: “de tudo ficaram três coisas: a certeza de que estamos começando, a certeza de que é preciso continuar, a certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar”.

Revista Insignare Scientia

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 13, p. 69-82, abr. 2013. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000100004. Acesso em 12 fev. 2021.

BALESTRIN, Patrícia. Abel; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. Dossiê Diversidade na escola: sexualidade e gênero. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/483>. Acessado em: 19 de janeiro 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ensino Fundamental**: Orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 09, de 08 de maio de 2001.** Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP N. 02, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, p. 8-12, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n º 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, Diário Oficial da União, seção: 1, p. 46, de 15 de abril de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, p. 9, 04 mar. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BASTOS, Giséli Duarte; LÜDKE Everton. Reflexões Sobre Gênero no Ensino de Biologia: Um Olhar Sobre o Discurso de Estudantes do Primeiro Ano do Ensino Médio Acerca da Gravidez na Adolescência. **Contexto & Educação**, ano 32, n.101, p. 142-174, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6690>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na Pesquisa Científica. In: BUGLIONE, Samantha. (Org.). **Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça.** Porto Alegre: Themis Safe, 2002. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod_resource/content/0/O_questionariona_pesquisacientifica.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, n. 39, p. 39-50, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 fev. 2021.

FERREIRA, Rachel de Moraes; SILVA, Emiliana Galote de Oliveira Zogbi da; STAPELFELDT, Danielle Marques Araujo. Contextualizando a química com a educação sexual aplicada de forma transdisciplinar nas aulas de biologia. **Química nova na escola**, v. 38, n. 4, p. 342-348, nov. 2016. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc38_4/09-RSA-15-15.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

FERREIRA, Taisa de Souza. Diversidade sexual na escola: formação docente, práticas pedagógicas e exclusão. **Entrelaçando**, n. 9, p. 44-57, out. 2013.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O professor como educador sexual: interligando formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, p. 115-151, 2004.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: Eduel, 2010.

FRANCO, Ronan Moura; MARINHO, Julio Cesar Bresolin; SILVA, Fabiane Ferreira da. Relato de uma experiência de estágio supervisionado em ciências desenvolvida a partir da perspectiva da educação para a sexualidade. **Revista Insignare Scientia**, v.. 3, n. 1. jan./abr. 2020.

FURLANETTO, Milene Fontana Furlanetto; LAUERMANN, Francielle; COSTA, Cristofer; MARIN, Angela Helena. Educação Sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n.168, p.550-571, abr./jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Cleidson Carneiro. Experimentação no ensino de química: caminhos e descaminhos rumo à aprendizagem significativa. **Química nova na escola**, v. 31, n. 3, p. 198-202, 2009.

HAMES, Clarinês; KEMP, Adriana Toso. Diversidade de gênero e sexualidade no processo formativo docente. **Revista Insignare Scientia**, v. 2, n. 1. jan./abr. 2019.

LEAL, Nathalia Costa; ZOCCAL, Sirlei Ivo Leito; SABA, Marly; BARROS, Claudia Renata dos Santos. A questão de gênero no contexto escolar. **Leopoldianum**, v. 43 n. 121, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/download/758/639/1862>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LOURO, Guaciara Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação docente**, v. 03, n. 04, p. 62-70, 2011. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/31>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MACHADO, Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Fontes de. A formação de professores de química e as discussões de gênero e diversidade sexual. In: 37º Encontro de Debates sobre o Ensino de Química, 2017, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: FURG, 2018. Disponível em: <https://edeq.furg.br/images/ebook/37edeqebook.pdf>. Acesso em 15 fev. 2021.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MOIZES, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 205-212, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100029&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2021.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2523-2531, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015000802523&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.

MORANDO, André. **Do Incomensurável ao Quantitativo: Os Discursos de Verdade das Ciências Biológicas na Produção de Corpos Sexuados**. 2016. 76p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, Zilene Moreira; MONTEIRO, Simone Souza. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil Análise da Produção Científica. **Contexto & Educação**, v. 30, n. 95, p. 117-146, jan/abr. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PESSÔA, Lilian; PEREIRA, Rodnei.; TOLEDO, Rodrigo. Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 2, n. 3, 2017. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/472. Acesso em: 12 fev. 2021.

REIS, Gisele Volpato; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A orientação sexual na escola e os parâmetros curriculares nacionais. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. (Org.). **Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.
SANTOS, José Vicente Tavares dos. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.

SANTOS, Cristiano Figueiredo Santos; RECENA, Maria Celina Piazza; MACHADO, Vera Mattos. Sexualidade e diversidade sexual expressa nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em ciências biológicas nas universidades públicas em Mato Grosso do Sul. **Interfaces da Educação**, v. 9, n. 25, p. 72-100, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2360>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SILVA, Danílo Gustavo Rodrigues; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; SÁ, Roberto Araújo. Química além do átomo: concepções de graduandos em química sobre gênero e sexualidade. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 52, p. 378-401, 2021. Disponível em:

<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/5764/47967597>. Acesso em: 11. fev. 2021.

SOARES, Valéria Rangel. **O Ensino de Física no 9º ano de escolaridade – Um estudo sob a perspectiva dos professores de Ciências de uma Escola Municipal de Duque de Caxias. 2012.** 68 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, 2012.

UNESCO. **Respostas do setor de educação ao bullying homofóbico.** Brasília: UNESCO, 60p, 2013.

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995. Disponível em: <https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/793/679>. Acesso em: 12 fev. 2021.

WEEKS, Jeffrey O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira. Lopes (ORG). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

